

Um Estado cercado pelo fogo



**VIRIATO
SOROMENHO-
MARQUES**
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

Mesmo que não supere a área ardida em 2003, este ano ficará como o mais trágico até hoje no registo dos incêndios florestais. A nossa "ignisilva" (floresta de fogo), na rigorosa expressão do botânico Jorge Paiva, que resultou dos erros e omissões de meio século, só poderá ser domesticada com décadas de trabalho e disciplina. A impiedosa realidade das alterações climáticas limita-se a ampliar o atual caos construído. O Estado falhou totalmente, também, no modelo de combate às florestas. A sua manutenção lesa e diminui o contributo positivo dos 34 mil bombeiros e dos militares do GIPS da GNR que impedem que o mau seja ainda pior. Como poderemos mudar de rumo?

Primeiro, importa reconhecer que o combate aos incêndios não pode ser entregue à lógica do mercado, que foi o princípio seguido por sucessivos governos PS e PSD-CDS. O Estado português abandonou a floresta (apenas 2% da área florestal lhe pertence) e resolveu entregar as peças delicadas do combate (redes de comunicação e meios aéreos) a empresas privadas. Em 23 de junho, o jornal *El Español* escrevia sobre uma investigação às suspeitas de crime envolvendo as principais empresas espanholas de meios aéreos. Cinco de entre essas empresas reuniam-se habitualmente

num hotel de estrada, El Curce, para combinarem, em regime de cartel, a viciação de concursos públicos, nomeadamente em Portugal (2006, 2007 e 2010, são anos indicados). Os preços reais eram inflacionados por três vezes, lesando os contribuintes! O modelo vigente gera ineficácia operacional e corrupção nas esferas de decisão.

Em segundo lugar, importa chamar as coisas pelo seu nome: os incêndios na escala de escândalo que assumem em Portugal são um problema de soberania e defesa nacional. Devem ser combatidos diretamente pelo Estado, com meios próprios permanentes. Para isso não temos de inventar a roda. A Espanha tem em pleno funcionamento talvez o mais eficaz modelo europeu, centrado na coordenação entre o Ministério da Agricultura e Ambiente (MAPAMA) e o Ministério da Defesa, ambos em estreita articulação com as Comunidades Autónomas. A peça-chave consiste na existência de um corpo militar de elite, operacional desde 2006, que é hoje um exemplo de competência: a Unidade Militar de Emergências (UME). Trata-se de uma força contando cinco mil efetivos, com um dispositivo disperso por sete bases, para poder atuar com rapidez fulminante em todo o território do país vizinho, em situações de catástrofe natural ou tecnológica. Para este ano, a Espanha conta com 70 meios aéreos (suplantando os 53 a França e os 49 da Grécia). Destes meios, 45% pertencem ao Estado e os restantes são da responsabilidade das Autonomias. Quando as forças locais não são suficientes,

são acionados os cinco batalhões de emergência da UME. A UME coordena também o esforço dos meios aéreos, integrados no 43 Grupo de Fuerzas Aéreas, que dispõe de 17 aviões anfíbios (14 Canadair CL-215T e três Bombardier CL-415). A UME dispõe também de aviões de coordenação e observação (ACO) e de quatro inovadores drones de vigilância noturna.

Por último, mesmo com meios próprios das Forças Armadas num modelo mais ágil de combate, será necessário decretar um longo estado de emergência nas áreas florestais, de modo a garantir a limpeza compulsória das matas e florestas, bem como a vigilância contra incendiários e eventuais atos de terrorismo. Mas a inércia blindada das rotinas e interesses instalados tenderá a deixar que este país, a que Unamuno chamou de suicidas, continue a ser o triste campeão europeu dos incêndios florestais.

